



**Ministério Do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome
Comissão Intergestores Tripartite/CIT**

29ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite do SUAS

Ata da ordem do dia 26 de março de 2025

Brasília/DF

**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL, FAMÍLIA E
COMBATE À FOME**
Comissão Intergestores Tripartite - CIT

Ata da 29ª Reunião Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite - CIT

Local: Esplanada dos Ministérios, Bloco F, Anexo A, 1º Andar. Brasília/DF

Local Virtual: Plataforma Zoom

Data: 26/03/2025

1 Ao vigésimo sexto dia do mês de março de dois mil e vinte e cinco realizou-se a 29ª Reunião Ordinária
2 da Comissão Intergestores Tripartite – CIT do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, sob a
3 Coordenação do Secretário Nacional de Assistência Social, Senhor André Quintão. Estiveram
4 presentes as(os) seguintes membros: Elias de Sousa Oliveira, Diretor do Departamento de Proteção
5 Social Básica; Edgilson Tavares de Araújo, Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial
6 Privada do SUAS da Secretaria Nacional de Assistência Social; Eutália Barbosa Rodrigues Naves,
7 Diretora de Condicionalidades da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania; Iris Maria de Oliveira,
8 Secretária Estadual do Rio Grande do Norte/RN; Cyntia Figueira Grillo, Presidente do Fórum
9 Nacional de Secretários(as) de Estado da Assistência Social - FONSEAS; Hélio Ricardo Pereira
10 Batista, Secretário Municipal de Lagarto/SE; Magali Pereira Gonçalves Constato Basile, Secretária
11 Municipal de Atibaia/SP; Valdiosmar Vieira Santos, Secretário Municipal de Lagarto/SE; Penélope
12 Regina Silva de Andrade, Presidente do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência
13 Social – CONGEMAS; Rafaelly Machado, representante do Conselho Nacional de Assistência Social
14 – CNAS pelo Movimento Nacional da População de Rua de Alagoas – MNPR/AL; Arimatéia; Clara
15 Carolina de Sá, Diretora do Departamento de Gestão do SUAS da SNAS; Letícia Bartholo, Secretária
16 de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – SAGICAD; Maria Helena Gabarra Osório,
17 Coordenadora-Geral de Regulação do Acesso e Assuntos Normativos do SUAS; Regis Aparecido
18 Andrade Spindola, Diretor do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS; Márcio Fernandes
19 Mauricio, Diretor do Departamento de Operações da Secretaria Nacional de Renda de Cidadania;
20 Iêda Maria Nobre de Castro, Diretora do Departamento de Gestão do Cadastro único da Secretaria de
21 Avaliação e Gestão da Informação e Cadastro Único; Cleizenir Divina dos Santos, Secretária Estadual
22 do Tocantins/TO; Grasielle Paes Bugalho, Secretária Estadual de Mato Grosso/MT; Roberto Fantinel,
23 Secretário Estadual do Rio Grande do Sul/RS; Vandecleya Elvira do Carmo Silva Moro, Secretária
24 Municipal de Campinas/SP; Pamela Mirela do Nascimento Alves Jimenez, Secretária Municipal de

25 Recife/PE; Luciana Vieira Marques Viana, Secretária Municipal de Cedro/CE; Eldilene Alves da
26 Silva, Secretária de Municipal de Manaquirim/AM.

27 **Abertura:** O Senhor André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social, iniciou a 29ª Reunião
28 Ordinária da Comissão Intergestores Tripartite – CIT do Sistema Único de Assistência Social – SUAS
29 cumprimentando a todas(os). Seguidamente, a Senhora Letícia Bartholo, Secretária de Avaliação,
30 Gestão da Informação e Cadastro Único – SAGICAD, realizou alguns informes, sendo eles: 1. Após
31 14 anos foi colocado no ar o novo Sistema de Cadastro Único, que não inclui apenas a alimentação
32 de dados, mas agora tornou-se um portal com sistema de inclusão e atualização de dados integrados
33 com todas as outras bases federais; 2. Acerca das Equipes de Referência do Gestão SUAS, considerou
34 que é um item que não constava na pauta, por solicitação do Ministro, mas deu uma sugestão de
35 encaminhamento para que seja construído, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social,
36 orientações e parâmetros para essas equipes, que tratem da Vigilância Socioassistencial unida ao
37 Cadastro Único; 3. Pontuou que essa seria sua última participação em uma reunião da CIT como
38 Secretária de Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – SAGICAD, devido a sua
39 solicitação de exoneração e agradeceu aos outros conselheiros pelo apoio durante todo o tempo que
40 participou da Comissão e inferiu que o Senhor Rafael Osório, atual Diretor de Política Social do Ipea,
41 assumirá a cadeira. Adiante, o Senhor André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social,
42 reiterou que, acerca do segundo ponto apresentado pela Senhora Letícia Bartholo, foi objeto das
43 discussões internas realizadas entre o CONGEMAS, FONSEAS e SAGICAD, e em diálogo com a
44 CIT, trouxeram grandes contribuições e que foram reforçadas pelo Ministro, Senhor Wellington Dias.
45 Posteriormente, a Senhora Penélope Regina Silva de Andrade, Presidente do CONGEMAS,
46 cumprimentou as novas representações e inferiu que é necessário construir caminhos que não sejam
47 só de sobrevivência para a rede SUAS, mas de expansão e reconhecimento da grandeza que esse
48 sistema tem e da potência que essa política pública tem na vida do povo brasileiro. Considerou
49 também, acerca das Equipes de Referência do Gestão SUAS, que esse é um debate muito caro,
50 sobretudo para os CONGEMAS, para os gestores municipais que precisam operacionalizar, então
51 propôs a instalação de um Grupo de Trabalho para que esse debate não se perca e que possa ter um
52 cronograma de atividades e um prazo de entregas. Em seguida, a Senhora Cyntia Figueira Grillo,
53 Presidente do FONSEAS, concordou com a instituição de um Grupo de Trabalho, para que o trabalho
54 que foi feito, todo o estudo apresentado não se perca, pois possui elementos fundamentais para a
55 avançar acerca da temática das Equipes de Referência do Gestão SUAS. Reforçou que o FONSEAS,

56 a partir de agora com a nova diretoria eleita, tem três pilares de atuação: Articulação Política
57 Institucional, Intersetorial com os três poderes e o fortalecimento da Política de Comunicação. Ato
58 contínuo, a Senhora Magali Pereira Gonçalves Constato Basile, Secretária Municipal de Atibaia/SP,
59 sugeriu realizar uma reunião, antes de iniciadas as discussões do Grupo de Trabalho. Considerou que
60 instabilidades tecnológicas são normais, mas é necessário pensar em planejamento e como é que serão
61 realizadas as visitas domiciliares e esses atendimentos. Após, o Senhor Valdiosmar Vieira Santos,
62 Secretário Municipal de Lagarto/SE, inquiriu acerca do orçamento, se será distribuído para todos os
63 municípios e qual o percentual. Reforçou que se tem uma missão gigante para cumprir,
64 principalmente com a história dos unipessoais e da visita domiciliar. Seguidamente, a Senhora
65 Rafaelly Machado, representante do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS pelo
66 Movimento Nacional da População de Rua de Alagoas – MNPR/AL, pontuou que os Movimentos
67 Sociais e os Grupos Prioritários esperam a contratação de algumas lideranças para compor as equipes
68 e para que elas possam chegar até esses grupos, principalmente até a população de rua. Considerou
69 que dentro do cadastro, consta que essas pessoas estão em situação de rua, então como podem ser
70 realizadas as visitas domiciliares, se elas não possuem um local para viver. Lembrou que o Bolsa
71 Família é uma política que está dentro da Justiça Social e da proteção básica, sendo ofertado pelo
72 SUAS, mas e os outros serviços, como são realizados? Onde está o financiamento para CRAS,
73 CREAS e os Centros POP? Adiante, a Senhora Fabiana, Secretária de Joinville, reforçou que as
74 normativas são importantes, mas enquanto não tiver essa balança equilibrada e o investimento não
75 for na Política Pública, na expansão dos CRAS, CREAS e Centros POP, bem como nas equipes, o
76 sistema não dará conta da demanda. Acerca da proteção social, considerou que deve haver o
77 fortalecimento de vínculo em uma condicionalidade de que a pessoa em situação de rua, para que ela
78 receba algum benefício, ela precisa participar de um atendimento ou acompanhamento dentro dos
79 CRAS e CREAS ou Centro POP. Posteriormente, o Senhor Hélio Ricardo Pereira Batista, Secretário
80 Municipal de Lagarto/SE, reforçou sobre a importância de reafirmar, tanto por parte dos Gestores
81 Municipais quanto do MDS, para o país que a Assistência Social não é um gasto, mas um
82 investimento. Principalmente em uma sociedade que vulnerabiliza as pessoas, em grande quantidade,
83 então é necessário investir nessa política. Em resposta, a Senhora Letícia Bartholo, Secretária de
84 Avaliação, Gestão da Informação e Cadastro Único – SAGICAD, ponderou que neste ano serão
85 disponibilizados recursos para todos os municípios e estados, observando quem não realizou a
86 execução do recurso por dois anos. Diante disso, acredita que o trabalho que está sendo demandado

87 será realizado. Observou que a população em situação de rua não realiza cadastro em domicílio, por
88 todos os pontos que são evidentes, quando necessário são feitos no Pop Rua. Considerou a
89 importância do novo sistema para reforçar as equipes volantes, pois diminui o tempo de fila e de
90 preenchimento, então essas equipes podem conduzir as atualizações cadastrais em domicílio. Em
91 seguida, a Senhora Eutália Barbosa Rodrigues Naves, Diretora de Condicionalidades da Secretaria
92 Nacional de Renda de Cidadania, pontuou, acerca dos unipessoais, que é uma pauta com relação
93 indissociável entre o cadastro e programa de usuário do cadastro e em especial ao Programa do Bolsa
94 Família. Reforçou que o compromisso da Secretaria Nacional é trazer a construção de cenários para
95 serem debatidos dentro da CIT. Pontuou, novamente, em complementação a temática do Pop Rua que
96 não existe a obrigatoriedade de cadastro em domicílio. Ato contínuo, a Senhora Eldilene Alves da
97 Silva, Secretária de Municipal de Manaquirim/AM, considerou que é de conhecimento de todos que
98 a região norte tem suas especificidades, inclusive, as lanchas que foram disponibilizadas não são
99 ideais para os rios, bem como já se encontram em situação de necessidade de troca. Após, a Senhora
100 Cyntia Figueira Grillo, Presidente do FONSEAS, ressaltou a importância da regulamentação do
101 PROCAD, pois foi um grande avanço. Reforçou que existem outros programas e assim como o
102 PROCAD, é necessário levantar a bandeira de atenção quanto a isso. Acerca da população em
103 situação de rua, inferiu que muitos não possuem CPF, então não terão condições de fazer a biometria,
104 e o que se precisa pensar é que isso pode tornar excludente mais do que inclusivo. Seguidamente, o
105 Senhor André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social, fez a leitura do encaminhamento
106 proposto para o ponto de pauta: Criação de um Grupo de Trabalho e sugeriu que seja composto por
107 3 pessoas do CONGEMAS, 3 do FONSEAS e 3 do Ministério do Desenvolvimento e Assistência
108 Social, Família e Combate à Fome – sendo 1 pessoa da SAGICAD, 1 da SENARC e 1 da SNAS. Em
109 um prazo de 30 dias que se possa apresentar uma proposta consensual e, se for o caso, levar ao
110 Ministro e trazer para debate na CIT. Adiante, o Senhor Regis Aparecido Andrade Spindola, Diretor
111 do Departamento de Proteção Social Especial da SNAS, realizou a apresentação e fundamentação da
112 proposta de resolução que pactua a instituição e parâmetros de funcionamento da Força de Proteção
113 do Sistema de Assistência Social – FORSUAS. Aberto ao debate, o Senhor Valdiosmar Vieira Santos,
114 Secretário Municipal de Lagarto/SE, pontuou, acerca do tópico que trata sobre a contratação de
115 pessoal, que na resolução não traz uma destinação orçamentária para este fim, pois é necessário que
116 haja um resguardo financeiro para as emergências. Reforçou que isso não diz respeito ao repasse para
117 os municípios ou a criação de um piso. Posteriormente, a Senhora Clara sugeriu a criação de um

118 Comitê para discutir essa temática na Assistência Social, produzindo conhecimento, indicações
119 sugestões de regulação para dentro do Sistema Único de Saúde – SUS. Propôs também que seja
120 pensado em uma redação com uma das atribuições desse comitê, promovendo a discussão e
121 elaboração de propostas sobre o tema de mitigação e adaptação climática, trazendo uma perspectiva
122 da prevenção. Em seguida, a Senhora Cyntia Figueira Grillo, Presidente do FONSEAS, pontuou que
123 sentiu falta, na resolução, da temática acerca dos deportados e as pessoas em situações migratórias,
124 para ter um local e as responsabilidades da Assistência Social, bem como dos Direitos Humanos para
125 com essas pessoas. Ato contínuo, a Senhora Magali Pereira Gonçalves Constato Basile, Secretária
126 Municipal de Atibaia/SP, pontuou sobre fazer alguns ajustes em termos da redação, um deles, pois
127 não ficou muito claro, diz respeito aos profissionais que serão convocados para o FORSUAS, é
128 importante que fique explícito quem bancará a passagem e diárias dessas pessoas. Após, o Senhor
129 Edilson Tavares de Araújo, Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS
130 da Secretaria Nacional de Assistência Social, parabenizou pelo trabalho desenvolvido para
131 apresentação da resolução e sugeriu dividir o inciso do artigo 5º e colocar, especificamente,
132 profissionais de entidades e organizações de sociedade civil de assistência social que cumpram os
133 requisitos e normativas dos SUAS e do CNAS. Seguidamente, o Senhor André Quintão, Secretário
134 Nacional de Assistência Social, reforçou que a ideia não é transformar o FORSUAS em uma
135 estratégia para captação de recursos para os municípios. Sugeriu que hoje possa fazer a aprovação e
136 aprofundar as discussões no conselho com os aperfeiçoamentos e sugestões. Posteriormente, o Senhor
137 Arimatéia, pontuou que quando se fala em mobilizar recursos já existentes dos três entes federados,
138 é sobre a perspectiva da experiência do que aconteceu no Rio Grande do Sul, pois foi flexibilizada a
139 possibilidade dos recursos vinculados ao Fundo Nacional de Assistência Social. Em seguida, a
140 Senhora Rafaelly Machado, representante do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS pelo
141 Movimento Nacional da População de Rua de Alagoas – MNPR/AL, fez um destaque acerca do
142 parágrafo 2º, na situação de assistência emergencial, as pessoas em situação de vulnerabilidade no
143 fluxo migratório, incluindo a atuação junto aos refugiados e migrantes não é apresentada no texto.
144 Ato contínuo, o Senhor Elias de Sousa Oliveira, Diretor do Departamento de Proteção Social Básica,
145 parabenizou pela redação e pelo momento tão importante. Reforçou que tem que pensar em um texto
146 e naquilo que dispõe sobre organizações da sociedade civil, entidades de assistência social, tratadas
147 como entidades de assistência social. Mas que no momento da emergência e calamidade, outras
148 entidades também vão agir e ser chamadas, e serão coordenadas, inclusive, pela força-tarefa para

149 conseguir dar conta de construir o conjunto de respostas numa situação de emergência. Após, o
150 Senhor Edgilson Tavares de Araújo, Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do
151 SUAS da Secretaria Nacional de Assistência Social, propôs a seguinte redação para o artigo 5º:
152 *“Atuação pontual e isolada de profissionais de organizações da sociedade civil, conforme inciso 2,*
153 *em atividades do FOSUAS, não conferem à organização o cumprimento de requisitos para inscrição*
154 *nos conselhos de assistência social dos municípios e do Distrito Federal”*. Seguidamente, a Senhora
155 Penélope Regina Silva de Andrade, Presidente do CONGEMAS, inferiu que se deve caminhar, não
156 somente nesta temática, mas em outros temas que são importantes e sensíveis para a questão da
157 legalidade. Adiante, o Senhor Regis Aparecido Andrade Spindola, Diretor do Departamento de
158 Proteção Social Especial da SNAS, explicou que para além da mobilização de apoiadores, o próprio
159 Governo Federal também tem uma equipe que se desloca em campo para as situações de emergência.
160 Posteriormente, o Senhor André Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social, considerou que
161 a declaração de emergência no campo da Assistência Social tem uma finalidade específica para a
162 requisição e ação de força de proteção do SUAS, pois tem uma legislação que rege a declaração de
163 emergência e calamidade pelo Governo Federal. Pontuou que com a resolução, existe a condição de,
164 no plano nacional de defesa civil, gerar um debate para ter um instrumento federal e aí regular o
165 crédito extraordinário e antecipação do BPC, pois apenas a resolução apresentada não terá força. Em
166 seguida, a resolução foi posta em regime de votação e não havendo mais nenhuma consideração, foi
167 aprovada a unanimidade pelos conselheiros(as) presentes. Ato contínuo, o Senhor Arimatéia realizou
168 a apresentação da Lei Orçamentária de 2025 do SUAS. Em complementação, o Senhor André
169 Quintão, Secretário Nacional de Assistência Social, informou que no final de 2024, durante a última
170 CIT, e posteriormente em uma reunião com CONGEMAS e FONSEAS, foi reconhecido que em
171 função dos ajustes decorrentes do crescimento das despesas obrigatórias do governo, particularmente
172 do BPC, combinado com o novo arcabouço fiscal em vigor desde 2024, houve um contingenciamento
173 geral no governo, e isso afetou os pagamentos dos SUAS. Após, a Senhora Cyntia Figueira Grillo,
174 Presidente do FONSEAS, pontuou que qualquer pactuação que seja feita nas conferências municipais
175 e estaduais não tem fundamento se não houver financiamento e orçamento. Seguidamente, o Senhor
176 Valdiosmar Vieira Santos, Secretário Municipal de Lagarto/SE, reforçou que deve haver um
177 enfrentamento em busca de conseguir melhorar o orçamento para a rede SUAS, pois nos últimos anos
178 se viu esses recursos escorrendo pelos dedos, o que mostra a desconstrução de uma política pública.
179 Adiante, a Senhora Penélope Regina Silva de Andrade, Presidente do CONGEMAS, considerou que

180 as conferências são uma grande conquista, um patrimônio dessa política pública. Mas não dá para
181 deliberar quando não se sabe como ficará o orçamento. Posteriormente, o Senhor Edgilson Tavares
182 de Araújo, Diretor do Departamento da Rede Socioassistencial Privada do SUAS da Secretaria
183 Nacional de Assistência Social, propôs que o CONGEMAS e FONSEAS, enquanto organizações
184 representativas da sociedade civil, possam se mobilizar, juntamente com o Conselho Nacional de
185 Assistência Social para discutir acerca dessa pauta antes da realização da conferência nacional. Em
186 seguida, a Senhora Cyntia Figueira Grillo, Presidente do FONSEAS, concordou com a ideia e propôs
187 a realização de uma conferência livre antes de agosto de 2025. Ato contínuo, a Senhora Rafaelly
188 Machado, representante do Conselho Nacional de Assistência Social – CNAS pelo Movimento
189 Nacional da População de Rua de Alagoas – MNPR/AL, se colocou solidária a situação, a fim de
190 pensar em mobilizar e conscientizar os usuários sobre os cortes que tem sido realizados no orçamento
191 do SUAS. Após, o Senhor Ricardo Lovatel, Representante do DGI, realizou a apresentação acerca do
192 Observatório do Censo SUAS. Pontuou que o objetivo do observatório é dar visibilidade as pessoas
193 que merecem atenção. Sua base de dados para as informações são os questionários preenchidos pelo
194 Censo SUAS. Finalizou inferindo que o Observatório do Censo SUAS é um serviço do Governo
195 Federal e está disponível no site do Governo, dentro do ambiente do Ministério do Desenvolvimento
196 e Assistência Social, Família e Combate à Fome. Seguidamente, em deliberação, os conselheiros
197 optaram por transferir a reunião que seria realizada no dia 16 de abril para o dia 29 de abril de 2025,
198 e não havendo nenhuma objeção, foi aprovado a unanimidade. **Encerramento:** Não havendo mais
199 assuntos a serem tratados, o Senhor André Quintão encerrou a 29ª Reunião Ordinária da Comissão
200 Intergestores Tripartite – CIT/SUAS, agradecendo a presença de todas(os).

201

202

203

André Quintão

204

Secretário Nacional de Assistência Social

205

206

Brasília/DF

207

Março de 2025